

Am
CONSTITUINTE

-2 ABR 1986

3361 88V 7-
O GLOBO

Comissão repele jeton e propõe volta da fidelidade

A extinção do jeton dos parlamentares, com a possibilidade de ação popular contra os que não comparecerem às sessões, e a retomada do princípio da fidelidade partidária foram algumas das principais sugestões adotadas ontem pelo Comitê que trata do Poder Legislativo e da Organização Partidária na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Pela proposta do Comitê, os Deputados e Senadores passarão a receber um subsídio mensal fixo e uma ajuda de custo anual. Além disso, não poderão deixar o partido pelo qual foram eleitos, salvo se para fundar uma agremiação, sob pena de perda do mandato.

— Isto é para evitar esta ciranda de agora — declarou o advogado Cláudio Lacombe, enquanto o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, destacava que "um sujeito não pode mudar para o partido adversário, transferindo os votos que recebeu".

O Comitê aprovou ainda a proibi-

ção de o parlamentar exercer função em qualquer empresa que desenvolva atividade econômica decorrente de autorização, concessão ou permissão do Poder Público. Decidiu também que perderá o mandato o parlamentar nomeado governador de território, que as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão obrigatoriamente remetidas ao Procurador-Geral da República e que a idade mínima do candidato é de 21 anos.

Um dos temas mais debatidos foi a representação desproporcional dos Estados na Câmara dos Deputados. Durante a sua discussão, os representantes do Nordeste insurgiram-se contra a proposta de Miguel Reale e Bolívar Lamounier de aumentar o número de Deputados de São Paulo. O Comitê não chegou a uma conclusão, transferindo-a para hoje.

Ainda ontem, o presidente da Comissão, Afonso Arinos, previu que a Constituinte aprovará o sistema parlamentar.

Sete comitês já acabaram trabalho. Propostas irão ao plenário amanhã

Sete dos dez comitês temáticos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais reuniram-se ontem para a discussão final de suas propostas, que deverão ser hoje compatibilizadas pelos coordenadores e relatores, para apreciação amanhã pelo plenário.

O Comitê que trata das Disposições Preliminares, da Declaração dos Direitos e das Relações Internacionais propõe que a tortura seja inaniável e imprescritível, sugere a criação da figura do Defensor do Povo, para a arguição dos direitos da sociedade e a proibição do monopólio ou oligopólio estatal e privado dos meios de comunicação.

O mesmo comitê aprovou a possibilidade de determinado quorum de eleitores ter a iniciativa legislativa e a revogação eventual do mandato de Deputado federal considerado como infiel ao seu compromisso político, desde que assim se manifestem 50 por cento dos votantes correspondentes ao coeficiente eleitoral do representante impugnado.

Aprovou também espaço gratuito nos meios de comunicação para a divulgação dos programas partidários e "a livre circulação da polêmica brasileira, redução, para 16 anos, do limite para o exercício do direito de

voto, e a não exigência de formação universitária para o exercício das profissões de jornalista, publicitário e radialista.

O Comitê que examina os itens Saúde, Meio-Ambiente e Ciência e Tecnologia propôs a criação de um sistema único de saúde do Estado e a obrigatoriedade de as pesquisas científicas serem comunicadas ao Estado e, em caso de risco de danos à saúde, à população.

No comitê sobre Poder Judiciário e Ministério Público, duas propostas foram aprovadas ontem: uma estabelecendo que as justiças militares estaduais julgarão somente os crimes militares previstos na legislação penal militar e outra prevendo a participação da OAB e dos conselhos do Ministério Público na indicação de seus representantes nos tribunais de Justiça.

● O Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) considerou "altamente relevante e uma grande contribuição para o Congresso" a campanha, promovida pela Rede Globo de televisão, convocando o cidadão a enviar sugestões sobre temas relacionados com a Constituinte para a emissora, em Brasília. Lembrou que na Câmara uma comissão também recebe sugestões.

X
ANC - CNEC